



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (TIC) Nº 16/2022 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CSGIT/SAGGI

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

SUMÁRIO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

1. Caracterização da Demanda.
2. Especificação dos Requisitos Funcionais.
3. Especificação dos Requisitos Tecnológicos.
4. Identificação e Comparação das Soluções Aderentes aos Requisitos.
5. Indicação da STIC Escolhida.
6. Indicação da Necessidade de Adequação Ambiental

ANÁLISE DE RISCOS.

7. Identificação dos Riscos.
8. Relação dos Riscos e Ações de Mitigação.

ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO.

9. Recursos Materiais e Humanos.
10. Descontinuidade do Fornecimento.

Anexo A.

Anexo B.

Anexo C.

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

[Obrigatório mesmo para prorrogações, art. 19, § único, resolução TRE-ES nº 261/2018]

1. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

DESCRIÇÃO SUCINTA

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Subscrição de Softwares Microsoft, com vistas a atender às necessidades do TRE/ES, incluindo atualizações e suporte.

DETALHAMENTO

1.2. Microsoft POWER BI PRO PER USER (AAA-12628);

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

1.3. A evolução tecnológica que vem sendo aplicada ao TRE/ES e as novas necessidades emergentes no que tange a adequação às normas regulamentares impactam diretamente a natureza das tecnologias utilizadas para suportar as funções negociais da instituição. A crescente demanda por entrega eficiente dos serviços necessários ao cumprimento da missão institucional obriga que as atividades que subsidiam o processo negocial sejam cada vez mais eficazes e produzam a resposta desejada;

1.4. Diversos investimentos têm sido realizados no parque computacional, para suportar atividades como Mensageria Eletrônica, hospedagem de site interno e externo do Tribunal, aplicações de segurança, aplicações de suporte ao processo eletrônico, bem como a hospedagem das aplicações utilizadas pelas unidades do TRE/ES. O investimento no licenciamento da plataforma Office 365 E1 tem trazido aos usuários do Tribunal a possibilidade de utilização de soluções de tecnologia ágeis e funcionais. Atualmente, estão licenciados 532 usuários na plataforma Office 365 E1, utilizando o pacote Office On-line, Teams, Sharepoint, armazenamento OneDrive, Power Apps e Power Automate. A prestação de serviços das unidades é fortemente apoiada pela solução Sharepoint. Após a publicação na intranet e internet e a necessidade de se manterem atualizadas as informações, mantendo conectados os colaboradores, para a melhoria do pilar de entrega de serviços da TIC, constatou-se a necessidade de funcionalidades não incluídas no pacote E1, ora licenciado pelo Tribunal;

1.5. Atualmente, todo o controle e acompanhamento de execução do Plano Diretor de TIC – PDTIC (ciclo 2021-2026) e o gerenciamento dos relatórios relativos aos Planos de Contratações é realizado utilizando-se a ferramenta Power BI (versão gratuita). A evolução contínua da utilização de sistemas de análise de dados de forma descentralizada e célere, bem como sua exibição que apoia fortemente as tomadas de decisão gerenciais, pode ser amplamente apoiada pelo Power BI. Na contratação anterior, o Tribunal optou por um modelo de licenciamento mais voltado à comunicação e trabalho on-line. A utilização de Power BI Pro (destinado aos publicadores de relatórios, dashboards e conjuntos de dados) tem o potencial de alavancar o controle e a análise dos dados gerados internamente pela instituição. O aumento da necessidade de disponibilização de dados para os agentes externos como também a necessidade de melhoria da gestão da segurança interna na manipulação dos dados tornou-se essencial. Ocorreu também o aumento da demanda pela segmentação do acesso aos dados, de tal forma que se consiga ofertar os dados adequados, com a infraestrutura de segurança necessária. Almeja-se suprir essa necessidade pela utilização de Power BI Pro, que não está disponível no pacote de serviços E1 adquirido pelo TRE/ES, está incluída somente no pacote E5 ou em aquisições chamada "add-on", que correspondem a adicionar recursos à parte do pacote fornecido. A primeira modalidade não é compatível com as licenças atualmente existentes no Tribunal, daí a opção pela segunda;

1.6. **Power BI.** O Power BI é um serviço de análise de negócios da Microsoft lançado a 24 de julho de 2015. O objetivo do Power BI é fornecer visualizações interativas e recursos de business intelligence com uma interface simples para que os usuários finais criem os seus próprios relatórios e dashboards. Algumas das áreas onde o Power BI é utilizado são: Finanças, Engenharia, Tecnologias de Informação, Marketing e Saúde. Algumas vantagens do Power BI relativamente às outras ferramentas de visualização são: capacidade de carregar visualizações personalizadas através do AppSource, acesso à informação em tempo real, acesso de informação em qualquer aplicativo móvel, atualização mensal com novas funções e facilidade de uso.

1.7. **Power BI Gratuito.** Atualmente o TRE/ES utiliza as licenças Power BI Gratuitas incorporadas ao pacote Office 365 E1. Com uma licença gratuita, é possível explorar o Power BI para visualização e análise de dados pessoais usando o "Meu Workspace", mas não é possível compartilhar com outros usuários, prejudicando o trabalho colaborativo em equipes e não é permitida a criação de mais de um workspace (área de trabalho), dificultando a organização dos projetos. O único método de compartilhamento é através de um relatório aberto para usuários com licença gratuita que é publicado na Web. Isso torna o relatório disponível publicamente em app.powerbi.com. Essa publicação na Web permite compartilhar relatórios com todos na Internet, esse compartilhamento é recomendado somente para dados públicos. A partir da publicação de um relatório na Web, ele torna-se público, possibilitando a qualquer pessoa na Internet o acesso. Outras análises realizadas:

1. No uso de conta externa ou on-premise, o compartilhamento de arquivos fica restrito ao uso no OneDrive pessoal, limitando o uso dos arquivos institucionais dentro do SharePoint;
2. O uso de conta externa ou on-premise, impossibilita ou torna mais complexa e trabalhosa o uso de ferramentas disponíveis no Office 365, como Power Automate, Outlook etc;
3. O e-mail on-premise não permite um uso adequado fora do ambiente institucional do Office 365;
4. Um e-mail completamente externo fica fora do ambiente institucional, o que dificulta e limita o uso da ferramenta Power BI dentro do Tribunal;
5. A tentativa de sincronizar e compatibilizar, seja uma conta gerada pelo e-mail on-premise, seja um e-mail criado externamente, além de ser um foco de vulnerabilidade, deixa o uso da ferramenta bem mais complexo, podendo gerar uma quantidade maior de suporte técnico;
6. O uso do Power BI gratuito não permite a criação de workspaces, ferramenta que auxilia na organização dos painéis do Power BI;
7. O uso do Power BI gratuito não permite o compartilhamento de painéis, relatórios e conjunto de dados entre usuários, dificultando o trabalho em equipe e a apresentação de resultados para os superiores;
8. O uso do Power BI gratuito não permite o compartilhamento de dashboards entre usuários;
9. O uso do Power BI gratuito permite uma colaboração por meio do Microsoft Teams de forma bem limitada;
10. O uso do Power BI gratuito não permite o uso de funcionalidades de análise inteligentes mais aprimoradas;
11. A administração da aplicação em uma conta criada com e-mail on-premise fica associada ao pessoal que administra a conta, mas, segundo a SGIR, não há painel liberado para administrar o Power BI, pois a aplicação não pertence ao pacote Office 365 E1, adquirido.

1.8. **Power BI Pro.** Uma licença Pro possui todos os recursos da licença gratuita, além de 10 GB de armazenamento, tamanho máximo de relatório de 1 GB, 8 atualizações automáticas por dia, com um mínimo de 30 minutos entre atualizações. A principal diferença em relação à versão gratuita é que os usuários podem compartilhar relatórios e painéis com outros usuários e podem criar e compartilhar diferentes áreas de trabalho;

1.9. Destaca-se, ainda, a limitação das aplicações on-line em funcionalidades avançadas e requeridas para análise de cenários, controle de proteção para documentos, como por exemplo, a inclusão de senhas em planilhas eletrônicas e documentos diversos. Essas funcionalidades só estão disponíveis nas versões para Desktop das aplicações Microsoft. A instalação das aplicações Desktop só estão disponíveis a partir do plano E3 ou add-on;

1.10. **O licenciamento MPSA (Microsoft Products and Services Agreement) é um contrato de licenciamento transacional para organizações comerciais, governamentais e acadêmicas. O MPSA funciona melhor para organizações que desejam licenciar software local da Microsoft, serviços de nuvem ou ambos, conforme necessário, sem um compromisso em toda a organização e opções de assinatura de vários anos sob um único contrato que não expira. O Software Assurance é opcional. Este licenciamento foi selecionado, pois o contrato Enterprise Agreement, existente atualmente, não flexibiliza a evolução para os planos E3 e E5, de modo que o contrato deverá existir por período de 12 meses;**

1.11. O objetivo primário é oferecer soluções de software que continuem a suportar as atividades desenvolvidas no Tribunal, por meio de mecanismos que ofereçam segurança, estabilidade e confiabilidade. Nesse sentido, a STI tem buscado a melhoria constante de seus processos, promovendo atualização do parque computacional e disponibilizando ferramentas de produtividade a serem utilizadas pelos colaboradores dessa corte eleitoral.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS

RELACIONADOS AO SISTEMA POWER BI PRO

- 2.1. Acesso ao conteúdo existente no workspace (área de trabalho), com a possibilidade de compartilhamento;
- 2.2. Publicar conteúdo em outros workspaces (áreas de trabalho);
- 2.3. Gerar e compartilhar dashboards (painéis de controle) com usuários que têm uma licença Pro;
- 2.4. Assinar dashboards (painéis de controle) e relatórios;
- 2.5. Distribuir conteúdo a usuários que têm licenças gratuitas;
- 2.6. Possibilidade de conectar dados de várias fontes (tabelas, planilhas, csv) e outros fluxos de dados com o uso da ferramenta Power BI Desktop e na versão on-line da ferramenta;
- 2.7. Publicar dashboards (painéis de controle) e relatórios dinâmicos em link de acesso público e iframes com a possibilidade de ajustes de tamanho e definição de página principal;
- 2.8. Utilizar o editor de Power Query para conectar, preparar e transformar dados;
- 2.9. Adicionar, editar ou remover relacionamentos entre tabelas;
- 2.10. Gravar uma expressão DAX que calcule um valor por meio dos dados;
- 2.11. Criar, alterar ou excluir funções de segurança;
- 2.12. Sincronizar segmentações e controlar a visibilidade entre páginas no relatório;
- 2.13. Aplicar filtros nas páginas dos relatórios dinâmicos;
- 2.14. Criar visuais utilizando gráficos diversos, cartões, relatórios paginados, segmentações de dados, entre outros;
- 2.15. Permitir login aos recursos on-line do Power BI;
- 2.16. Criar diferentes workspaces (áreas de trabalho) e compartilhar estas áreas com pessoas que possuam licenças Pro;

- 2.17. Acessar diferentes workspaces (áreas de trabalho) de pessoas que possuam licenças Pro;
- 2.18. Possibilitar o envio de relatórios relacionados aos dados por meio da ferramenta Power Automate.

REQUISITOS RELACIONADOS AO NEGÓCIO

- 2.19. Gerar relatórios dinâmicos para publicação a partir de planilhas excel on-line ou desktop;
- 2.20. Publicar relatórios e dashboards relacionados aos planos de contratações anuais STIC (Resolução TRE/ES n. 261/2018);
- 2.21. Publicar a relação de servidores designados aos planejamentos de contratações incluídos nos planos anuais (Resolução TRE/ES n. 261/2018);
- 2.22. Publicar painéis de execução dos planos de contratações anuais relacionando os itens contratados, em tramitação, previstos etc (Resolução CNJ n. 370, art. 8º, IV);
- 2.23. Publicar painéis de execução dos planos de contratações anuais relacionando totais estimados e totais contratados para as categorias existentes nos planos (Resolução CNJ n. 370, art. 8º, IV);
- 2.24. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações do Plano de Trabalho de Segurança da Informação e Proteção de Dados (PTS) (Resolução CNJ n. 396, art. 8º, IV);
- 2.25. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações do Plano de Trabalho da Entic-Jud (PTE) (Resolução CNJ n. 370, art. 45);
- 2.26. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações do Plano de Demandas Internas (PTI) (Resolução CNJ n. 370, art. 8º, XII);
- 2.27. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações do Plano de Transformação Digital (PTD) (Resolução CNJ n. 370, art. 15);
- 2.28. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações dos Objetivos OKR atribuídos no PDTIC 2021/2026 relacionados a cada ano (Resolução CNJ n. 370, art. 45, § 4º).
- 2.29. Preservar o sigilo da identificação de usuário e de senhas de acessos individuais a sistemas de informação, ou outros tipos de credenciais de acesso que lhes forem atribuídos (Resolução nº 23.644/2021, PSI da Justiça Eleitoral);
- 2.30. Realizar o correto tratamento de dados pessoais e prover infraestrutura adequada à garantia do controle de acesso aos sistemas eletrônicos existentes e utilizados pelo TRE/ES (Art. 46, Lei n. 13.709/2018).

REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO, AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIAIS

- 2.31. O ambiente para utilização da ferramenta Power BI já existe no ecossistema Microsoft adquirido pelo TRE/ES, na versão gratuita. A Seção de Planejamento Operacional já utiliza esta versão gratuita, que é limitada e não permite inúmeras funcionalidades que são possíveis na versão PRO;
- 2.32. A capacitação para a ferramenta Power BI deverá ser prevista em nível de operação básica da ferramenta e deverá incluir: carregamento de dados de fontes variadas (destacando-se dados de planilhas/tabelas excel, csv e de uma pasta), tratamento dos dados utilizando o Power Query, criação de dashboards dinâmicos utilizando os principais recursos disponíveis, compartilhamento de workspaces e a publicação dos dashboards em ambiente web;
- 2.33. Deverá ficar claro que não se trata de treinamento oficial da Microsoft, sendo uma capacitação fornecida pela Contratada;

REQUISITOS TEMPORAIS

- 2.34. A contratação deverá ter vigência de 12 meses, renováveis na forma da lei;
- 2.35. Os chamados técnicos para solução de problemas deverão ser os fornecidos pela Microsoft no formato de contrato padrão da empresa.

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 2.36. Todas as informações inseridas na ferramenta estarão sujeitas à política de privacidade de dados pessoais e institucionais;
- 2.37. Haverá compartilhamento de dados pessoais controlados pelo Tribunal e exigidos pela legislação como o nome da equipe de planejamento da contratação e dos integrantes da equipe de fiscalização contratual;
- 2.38. Não haverá publicação de informações sensíveis do Tribunal na ferramenta;
- 2.39. Como haverá compartilhamento de dados pessoais, há necessidade de assinatura de termo de manutenção de sigilo ou de ciência da manutenção de sigilo;
- 2.40. A Contratada e empresa parceira ficam sujeitas à Resolução nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral e à Portaria nº 162/2021, incluindo anexos), no que couber;

3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

- 3.1. Todos os produtos contratados devem permitir a atualização para novas versões que forem disponibilizadas, bem como incorporar benefícios do avanço tecnológico aos usuários;
- 3.2. A ferramenta Power BI PRO fornecida pela empresa Microsoft e definida como um serviço de software cuja especificação é fornecida pela empresa;

ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

- 3.3. A dependência tecnológica é mitigada com a possibilidade de migração para outras ferramentas. No caso em tela, as informações são portáteis para formatos como planilhas excel e consequentemente para planilhas odt (Libre Office) e planilhas Google. A empresa Google, por exemplo, fornece a ferramenta Data Studio, que possui algumas similaridades com o Power BI;
- 3.4. Conclui-se que a dependência tecnológica está mais ligada à questões de segurança, visto que a Seção de Apoio à Gestão e a Governança migrou para o Power BI devido à proibição do uso de ferramentas gratuitas fornecidas pela Google (Ata do CETIC, documento SEI n. 0643344);
- 3.5. A dependência é considerada aceitável, a solução pode ser migrada para outra em caso de descontinuidade da solução.

4. IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADERENTES AOS REQUISITOS

4.1. Inicialmente deve-se atentar para o fato de que não se trata apenas da aquisição de uma ferramenta de análise e publicação de dados. Devido aos requisitos de segurança da informação institucionais e dos riscos associados ao crescente número de ataques cibernéticos bem-sucedidos, que podem produzir um elevado prejuízo ao TRE/ES, ressalta-se que as soluções carecem de um alto grau de compatibilidade com a atual infraestrutura tecnológica do Tribunal, não se limita, dessa forma, ao item de menor custo. Mesmo as soluções totalmente gratuitas devem ser analisadas na ótica atual da segurança da informação;

4.2. Em particular, destaca-se a determinação de suspensão do uso das soluções Google, em fornecimento gratuito, incluindo o Google Data Studio, tendo em vista que o Comitê Executivo de TIC (CETIC) estabeleceu prazo de 6 meses para que o uso de tais ferramentas fossem descontinuados;

4.3. O direcionamento para a solução Power BI Pro se deu após a aquisição do pacote Office 365 E1, em 2021, que passou a compor a infraestrutura de TIC do Tribunal. Entretanto, a solução adquirida permite o uso somente da versão gratuita do Power BI, que é limitada e não permite a criação de áreas de trabalho ou o compartilhamento entre equipes de tais áreas;

4.4. Como alternativas ao Power BI Pro, pode-se apontar Google Data Studio, Domo, Looker, Zoho Analytics, Datorama, Oracle Analytics Cloud, entre outros. Mas, como já mencionado, dificilmente passariam pelo crivo da segurança da informação atualmente vigente do TRE/ES. Além disso, há questões de compatibilidade que serão melhor explicadas no item 5.

5. INDICAÇÃO DA STIC ESCOLHIDA

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Compõe as soluções recomendadas neste estudo:

5.1.1. [Microsoft POWER BI PRO PER USER \(AAA-12628\)](#);

JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA

5.2. As soluções alternativas ao Power BI, estão fora do ecossistema Microsoft de segurança da informação atualmente utilizado pelo TRE/ES, como efeito pode-se esperar:

5.2.1. A consequente necessidade de aquisições de componentes adicionais para garantir a segurança da informação na utilização das ferramentas e compatibilização ao ambiente do TRE/ES;

5.2.2. A compatibilização dessas ferramentas ao ambiente do TRE/ES tem alto grau de complexidade e dificuldade, sendo necessário, muitas vezes, aplicar soluções não recomendadas pela Microsoft;

5.2.3. A compatibilização forçada de diferentes soluções feita sem a recomendação do fabricante pode abrir uma série de falhas estruturais e de segurança, permitindo vulnerabilidades e conduzindo a riscos elevados em segurança da informação;

5.2.4. Com o passar do tempo o Tribunal passaria a possuir uma solução composta por partes fornecidas por diferentes fabricantes, sem suporte ou garantia da fornecedora dos principais serviços e sem atualizações de segurança (que devem ocorrer de forma periódica);

5.2.5. Todos esses efeitos conduziram ao fracasso das aquisições e, inevitavelmente, à necessidade de padronização das soluções em torno de um fornecedor que propicie maior compatibilidade entre as soluções, uma constante evolução de tais soluções e atualizações de segurança para redução dos riscos envolvendo ataques cibernéticos.

5.3. Conclui-se que a aquisição de soluções alternativas ao Microsoft Power BI PRO exporia a estrutura de segurança mantida dentro do ecossistema Microsoft, limitaria o compartilhamento de informações e criaria a necessidade de se realizar aquisições adicionais para garantir a segurança da solução “alienígena” por ventura adquirida. Sem o suporte adequado e as atualizações recomendadas para a hipótese de um modelo híbrido, o fracasso da solução é quase certo.

5.4. Dessa forma, a equipe de planejamento da contratação recomenda a contratação da solução apontada neste estudo, que além de atender aos requisitos de negócio, possuem maior compatibilidade com as soluções já adquiridas e serão fornecidas com a garantia de atualizações tecnológicas e de segurança.

ADERÊNCIA AOS REQUISITOS

5.4. Todos os requisitos já citados possuem uma ou mais funcionalidades associadas às soluções apontadas como recomendadas;

RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A STIC

5.5. Em levantamento realizado foram determinadas as seguintes quantidades:

#	SKU	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE/LICENÇAS	CUSTO ESTIMADO ANUAL
1	AAA-12628	Power BI PRO	43	R\$ 33.024,00

5.6. As estimativas foram realizadas em 22/08/2022 utilizando valores fornecidos pelo fornecedor no site oficial [<https://powerbi.microsoft.com/pt-br/pricing/>];

5.7. Levantamento realizado junto às unidades do TRE/ES, com respeito à ferramenta Power BI Pro (maiores detalhes na Informação 0793682):

UNIDADE	JUSTIFICA	Quantidade de licenças
Unidade de Auditoria Interna	- Relatórios de Auditoria; - Apresentações e Gráficos a partir de consultas ao Tesouro Gerencial; - Relatórios de Prestação de Contas Partidárias e Eleitorais.	3
Encarregado de Dados	Para uso nas atividades de proteção de dados pessoais	2
SAO/GABINETE	Solicitamos 4 licenças, uma para o gabinete da SAO e uma para cada coordenadoria (COMAP, COF e COSEG). A ferramenta será utilizada na elaboração de relatórios diversos atinentes às atribuições gerenciais de cada uma das unidades citadas.	4
SGP/CFP	Aprimorar as possibilidades de gerenciar dados relacionados às atividades / entregas da Unidade internamente e/ou de disponibilizá-los a agentes externos, com segurança.	3

SGP/CODEG	Para as Seções desta Coordenadoria será de grande importância por conta da facilidade para o preenchimento dos dados pertinentes a cada Seção (SGD - dados de estagiários, progressão dos servidores; STC - os treinamentos realizados; SASP - atestados médicos, periódicos, dentre outros)	6
SGP/COPE	Elaboração de relatórios dos diversos sistemas e bancos dedados.	5
SGP/GABINETE	São duas licenças, sendo uma para o Gabinete da SGP e outra para o NUVAH, núcleo que será formado com a reestruturação, e que terá a servidora Adriana Petersen à frente dos trabalhos daquele setor. Justifica-se o pedido para o Gabinete em razão da possibilidade de trabalho com dados, inclusive com o incremento de informações em eventuais relatórios recebidos dos demais setores da SGP. Para o NUVAH, justifica-se pelo fato de que a servidora Adriana Petersen estar lotada atualmente no Gabinete da SGP, e porque atua também em comissões, como do PQVT, lidando com dados, o mesmo devendo ocorrer quando do trabalho no NUVAH.	2
SGP/GABINETE	Geração de relatórios diversos da área de RH, em complemento ao trabalho das unidades subordinadas.	1
STI/CSGIT	Consolidação de relatórios gerenciais da área. (solicitação atualizada via e-mail, documento 0753431).	6
STI/CIS	Licenças para a Seção de Banco de Dados, responsável pela produção da dashboards a partir de diversas bases de dados deste TRE. 01 licença para cada servidor.	5
STI/CGELC	A servidora da SCIE utilizará para elaborar painéis de informações estatísticas a usuários externos e internos relacionados aos pleitos. O servidor da SVI utilizará para levantamento de dados extraídos da urna eletrônica para embasamento de ações da seção e fornecimento de informações à administração.	2
STI/CSGIT/SAGGI	O principal benefício certamente será o acesso ao conteúdo existente no workspace (área de trabalho), com a possibilidade de compartilhamento das informações. Além disso, as seguintes atividades justificam o uso da ferramenta Microsoft Power BI PRO: . Publicar conteúdo em outros workspaces (áreas de trabalho); . Gerar e compartilhar dashboards (painéis de controle) com usuários que têm uma licença Pro; . Assinar dashboards (painéis de controle) e relatórios; . Distribuir conteúdo a usuários que têm licenças gratuitas; . Possibilidade de conectar dados de várias fontes (tabelas, planilhas, csv) e outros fluxos de dados com o uso da ferramenta Power BI Desktop e na versão on-line da ferramenta; . Publicar dashboards (painéis de controle) e relatórios dinâmicos em link de acesso público e iframes com a possibilidade de ajustes de tamanho e definição de página principal; . Utilizar o editor de Power Query para conectar, preparar e transformar dados; . Adicionar, editar ou remover relacionamentos entre tabelas; . Criar, alterar ou excluir funções de segurança . Aplicar filtros nas páginas dos relatórios dinâmicos; . Criar visuais utilizando gráficos diversos, cartões, relatórios paginados, segmentações de dados. entre outros; . Permitir login aos recursos on-line do Power BI; . Criar diferentes workspaces (áreas de trabalho) e compartilhar essas áreas com pessoas que possuam licenças Pro; . Acessar diferentes workspaces (áreas de trabalho) de pessoas que possuam licenças Pro. . Gerar relatórios dinâmicos para publicação a partir de planilhas excel on-line ou desktop; . Publicar relatórios e dashboards diversos; . Publicar painéis de execução de planos diversos; . Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações de planos diversos.	3
STI/GABINETE	Para gerar quadro de indicadores	1
Total Geral		43

6. INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

- 6.1. Necessidade de adequação da infraestrutura para recebimento da solução;
- 6.2. Habilitação das licenças no ambiente corporativo atual;
- 6.3. Checagem da integração das licenças add-on com o ambiente existente.

ANÁLISE DE RISCOS

[Obrigatório para as contratações ou prorrogações, cuja estimativa de preços seja igual ou superior ao valor disposto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93]

7. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

- 7.1. Atraso do trâmite processual;
- 7.2. Custo da contratação superior ao orçamento estimado;
- 7.3. Não cumprimento do prazo para disponibilização das licenças;

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

7.5. Como a solução é do mesmo fornecedor da solução corporativa Microsoft Office 365 E1, e como há previsão de total compatibilidade das agregações Add-on, esta contratação não acrescenta nenhum risco adicional de dependência tecnológica;

8. RELAÇÃO DOS RISCOS E AÇÕES DE MITIGAÇÃO

ANÁLISE DOS RISCOS

8.1. Probabilidade e impacto, ações de prevenção/contingência, responsáveis. Incluídos nas tabelas abaixo.

RISCO 1	ATRASSO NO TRÂMITE PROCESSUAL
Probabilidade	Baixa

(Alta, média ou baixa)		
	Efeito (Dano)	*Impacto
1	Atraso na disponibilização das licenças impossibilitando o uso dos recursos adicionais de segurança e gerenciamento.	Baixo
	Ações de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Consultar fornecedores e outros contratantes sobre possíveis adequações das especificações técnicas.	Integrante técnico
2	Acompanhar todo o trâmite processual	Equipe de contratação

*Impacto (Baixo, Médio ou Alto)

RISCO 2	CUSTO DA CONTRATAÇÃO SUPERIOR AO ORÇAMENTO ESTIMADO	
Probabilidade (Alta, média ou baixa)	Baixa	
	Efeito (Dano)	*Impacto
1	Licitação deserta ou fracassada	Alto
	Ações de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Reavaliar o custo estimado para a contratação	Equipe de contratação

*Impacto (Baixo, Médio ou Alto)

RISCO 3	NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS LICENÇAS	
Probabilidade (Alta, média ou baixa)	Baixa	
	Efeito (Dano)	*Impacto
1	Atraso na disponibilização das licenças impossibilitando o uso dos recursos adicionais de segurança e gerenciamento.	Baixo
	Ações de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Acompanhar rigorosamente junto a empresa o andamento da operação de entrega das licenças.	Equipe de contratação.

ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

[Obrigatório para as contratações ou prorrogações, cuja estimativa de preços seja igual ou superior ao valor disposto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93].

9. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

9.1. Após a liberação das licenças pela contratada, a ativação e administração dos recursos adquiridos serão de responsabilidade dos técnicos da Seção de Gestão de Infraestrutura e Redes (SGIR).

10. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

10.1. A descontinuidade do fornecimento deverá ser analisada em fases de ocorrência e duração. No caso de reincidência e/ou ocorrências repetitivas sem a devida justificativa e correspondente aceitação dessa justificativa por parte do Contratante, poderá ser caracterizada a inexecução contratual.

10.2. Por se tratar de um produto fornecido pela Microsoft por meio de empresa parceira, em caso de inexecução contratual, uma alternativa viável seria o início de novos estudos para que uma nova empresa seja contratada para o fornecimento da solução.

ANEXO A

LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES (maiores detalhes na Informação 0754409)

	Fornecedor
1	Nome: Brasoftware Sítio: https://www.brasoftware.com.br/ Telefone: (11) 3179 6900 Contato: +55 11 3179-6955 / 21 98805-5700
2	Nome: ProdutivIT Sítio: www.produtivit.com.br Telefone: (27) 3441-9700 Contato: 55 27 3441-9700 55 27 99747-3034
3	Um parceiro Microsoft (em uma lista atualizada) pode ser encontrado no link abaixo: https://appsource.microsoft.com/pt-br/marketplace/partner-dir

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (Portaria DG nº 68/2022)

Integrantes Demandantes: BUENO BORGES DE SOUZA / FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI (substitutos: LUCAS RIBEIRO CARLIN / CARLOS EDUARDO LAQUINE)

Integrantes Técnicos: LUCAS RIBEIRO CARLIN / CARLOS EDUARDO LAQUINE (substitutos: BUENO BORGES DE SOUZA / FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI)

Integrante Administrativo: CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO (substituto: JOSE ADRIANI BRUNELLI DESTEFFANI)

Vitória, 22 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO LAQUINE, Integrante Técnico**, em 29/08/2022, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI, Chefe de Seção**, em 29/08/2022, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO, Coordenador(a)**, em 29/08/2022, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS RIBEIRO CARLIN, Integrante Técnico**, em 29/08/2022, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BUENO BORGES DE SOUZA, Analista Judiciário**, em 30/08/2022, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0793476** e o código CRC **0688B4E0**.